



Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 06/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2026

Dispensa de Licitação Eletrônica – Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021

Torna-se público que o **Município de Inúbia Paulista**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Campos Salles, nº 113, Centro, CEP 17.760-000, Inúbia Paulista – Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **44.919.611/0001-03**, devidamente representado por seu Prefeito Municipal, **Fernando Rossi**, realizará procedimento de Contratação Direta, na forma de **Dispensa de Licitação Eletrônica**, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais normas aplicáveis, para obtenção de propostas adicionais de eventuais interessados, objetivando a seleção da proposta mais vantajosa, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos:

Objeto:	Contratação de empresa especializada em assessoria técnica e consultoria de apoio administrativo e operacionalização dos meios para o gerenciamento dos recursos financeiros destinados ao Município de Inúbia Paulista, através dos convênios, contratos de repasse, termos de compromisso, transferências especiais, transferências fundo-fundo, recursos vinculados ao FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) e ao FID (Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos), oriundos dos entes da federação (União e Estado), assim como o acompanhamento de toda a execução do procedimento até a prestação de contas.
Critério de Julgamento:	MENOR PREÇO GLOBAL
Unidade Gestora:	Secretaria do Executivo – Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista
Valor Estimado Total:	R\$ 44.379,96 (quarenta e quatro mil e trezentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos).
Prazo de Vigência:	12 (doze) meses, prorrogáveis até 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021
Regime de Execução:	Serviço Técnico Especializado Continuado (art. 6º, XV, c/c art. 106 da Lei nº 14.133/2021)
Data Limite para Proposta:	ATÉ O DIA 28/04/2026 ÀS 17H00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)
Endereço Eletrônico:	https://www.inubiapaulista.sp.gov.br/contratacao/detalhe/10/92/
Preferência ME/EPP:	SIM – art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 (limitada às empresas que não tenham extrapolado a receita bruta máxima de EPP no ano-calendário do procedimento)
Referência de Horário:	Todas as referências de tempo observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF
Agente de Contratação:	Sonia Regina de Alencar



Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em assessoria técnica e consultoria de apoio administrativo e operacionalização dos meios para o gerenciamento dos recursos financeiros destinados ao Município de Inúbia Paulista, através dos convênios, contratos de repasse, termos de compromisso, transferências especiais, transferências fundo-fundo, recursos vinculados ao FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) e ao FID (Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos), oriundos dos entes da federação (União e Estado), assim como o acompanhamento de toda a execução do procedimento até a prestação de contas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso, no Termo de Referência e demais Anexos.

1.2. O objeto enquadra-se como SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO CONTINUADO, na forma do art. 6º, inciso XV, c/c art. 106 da Lei nº 14.133/2021, em razão de a Administração necessitar permanentemente de apoio técnico especializado para o gerenciamento dos recursos oriundos de convênios e instrumentos de transferência, cuja interrupção acarretaria prejuízo ao interesse público.

1.3. O vínculo jurídico se formalizará por meio de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Aviso e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento do Município de Inúbia Paulista para o exercício vigente, na seguinte classificação:

Entidade	Discriminação da Entidade			Fte Recurso / STN	Dotação Inicial	Alteração(+/-)	Dotação Atual				
Ficha	CLoc	Func/Prog	Catgo					Discriminação			
1	MUNICÍPIO DE INUBIA PAULISTA										
02	PREFEITURA										
02	01	GABINETE DO PREFEITO									
02	01	00	Gabinete do Prefeito								
	04	Administração									
	04	122	Administração Geral								
	04	122	0003					GESTÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA			
	04	122	0003					2012	0000	Despesas administrativas (materiais de consumo, energia elétrica, água, internet do setor)	
024	3.3	90.39	00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0.01.00-110	000 1.500	88.982,50	0,00	88.982,50	
Total								88.982,50	0,00	88.982,50	

2.2. Para os exercícios subsequentes, em razão da natureza continuada dos serviços, o crédito necessário será consignado nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), em conformidade com o art. 105, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

3. DO VALOR ESTIMADO

3.1. O valor global estimado para a contratação é de **R\$ 44.379,96 (quarenta e quatro mil e trezentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos)**, apurado mediante pesquisa de preços realizada pela Administração Municipal, conforme metodologia prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 65/2021, correspondendo a R\$ 1.575,00 (um mil quinhentos e setenta e cinco reais) mensais por 12 (doze) meses, cujos valores encontram-se detalhados no processo administrativo.



Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista

3.2. Verifica-se que os valores apresentados possuem equivalência com os praticados no mercado, tendo sido adotada a média aritmética dos preços pesquisados como critério de apuração, com baixa dispersão e desvio-padrão tolerável.

3.3. O preço máximo global aceito pela Administração será o valor constante da planilha de composição de preços integrante do processo administrativo, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e disponível no endereço eletrônico indicado no preâmbulo deste Aviso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

4.1. A presente manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do Município, nos termos do art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021. As propostas e os documentos deverão ser encaminhados exclusivamente por via eletrônica, pelo link indicado no preâmbulo deste Aviso.

4.2. A obtenção do benefício de ME ou EPP fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3. Poderão participar deste processo as pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto que atendam às exigências de habilitação previstas neste Aviso e seus Anexos, em conformidade com os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. NÃO PODERÃO PARTICIPAR desta dispensa de licitação os fornecedores:

- Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
- Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- Que se enquadrem nas seguintes vedações do art. 9º da Lei nº 14.133/2021:
 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 9º, III);
 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 9º, I);
 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si (art. 9º, II);
 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescentes (art. 9º, IV);
 - O disposto nas alíneas acima aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, com intuito de burlar a efetividade de sanção aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI), atuando nessa condição (Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário);
- Sociedades cooperativas, nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.507/2018;
- Que não possuam ramo de atividade pertinente ao objeto desta contratação;



Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista

- Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Inúbia Paulista, nos termos da Súmula nº 51 do TCESP;
- Sob processo de falência, recuperação judicial ou insolvência civil, salvo as que apresentarem plano de recuperação judicial já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, observada a Súmula nº 50 do TCESP.

4.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação vigente (art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

4.6. A apresentação de proposta implica a aceitação integral das condições estabelecidas neste Aviso e seus Anexos, bem como o compromisso de executar o objeto nos termos neles previstos, assumindo o proponente a responsabilidade pelo fornecimento de todos os meios necessários à perfeita execução contratual.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o **cadastramento de sua proposta inicial, por meio do formulário padronizado disponível no link indicado no preâmbulo deste Aviso**, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a correspondente à média dos efetivos recolhimentos dos últimos doze meses. Independentemente do percentual constante da proposta, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. A proposta deverá conter obrigatoriamente:

- Razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail do fornecedor;
- Descrição detalhada do objeto ofertado, em conformidade com o Termo de Referência;
- Preço mensal unitário e valor total global para 12 (doze) meses, em reais, com duas casas decimais;
- Declaração de que o preço contempla todos os custos diretos e indiretos;
- Prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias;
- Data de emissão e assinatura do representante legal.



Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista

5.9. Ao cadastrar a proposta, o fornecedor de forma tácita declara que:

- Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Está ciente e concorda com todas as condições deste Aviso e seus Anexos;
- Se responsabiliza pelas informações apresentadas, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (art. 7º, XXXIII, CF/88).

5.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto nos seus arts. 42 a 49.

6. DO JULGAMENTO E DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrado o prazo para recebimento de propostas, o Agente de Contratação verificará a conformidade da melhor proposta quanto à adequação do objeto e compatibilidade do preço com o valor estimado, nos termos do art. 75 c/c art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. O critério de julgamento adotado é o de MENOR PREÇO GLOBAL.

6.3. Quando a melhor proposta permanecer acima do preço máximo estimado pela Administração, poderá ser realizada negociação para condições mais vantajosas, por meio de contraproposta ao fornecedor que apresentou o menor preço. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após negociação, permanecer acima do valor máximo.

6.4. Concluída a negociação, o resultado será divulgado a todos e anexado aos autos do processo.

6.5. Encerrada a etapa de negociação, verificar-se-á se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação, mediante consulta obrigatória aos seguintes cadastros:

- Certidão de apenados do TCESP: <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS): <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP): <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.

6.6. A consulta será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.7. Caso conste a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o órgão diligenciará para verificar possível fraude por vínculos societários, linhas de fornecimento similares, entre outros, convocando o interessado para manifestação antes de eventual desclassificação.

6.8. Verificadas as condições de participação, o Agente examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e compatibilidade do preço.

6.9. Será desclassificada a proposta que:

- Contiver vícios insanáveis;
- Não atender às especificações técnicas do Termo de Referência ou deste Aviso;
- Apresentar preços inexequíveis ou acima do valor máximo definido para a contratação;



Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista

- Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso, desde que insanável.

6.10. Será considerada inexecutável a proposta que não demonstre recursos suficientes para a perfeita execução do objeto, que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado acrescidos dos respectivos encargos (art. 59, §§1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021), ou que apresente valor inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado pela Administração.

6.11. Se houver indícios de inexecutabilidade, poderão ser efetuadas diligências para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Erros de preenchimento que não alterem a substância da proposta poderão ser saneados no prazo indicado pela Administração, sem majoração do preço (art. 64, §3º, da Lei nº 14.133/2021). Considera-se erro passível de correção a indicação de recolhimento de impostos pelo Simples Nacional quando não cabível.

6.13. Para fins de análise, poderá ser colhida manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.14. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação.

7. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, o fornecedor com melhor proposta deverá comprovar os requisitos a seguir, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021:

7.1.1. Habilitação Jurídica (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):

- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com autenticidade verificável em <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, SLU ou EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no DOU e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, conforme IN DREI/ME nº 77/2020;
- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil da respectiva sede, e registro nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764/1971;
- Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista

7.1.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante Certidão Conjunta expedida pela RFB e PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014;
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440/2011;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor. Caso o fornecedor seja isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda respectiva ou equivalente legal;
- O fornecedor MEI está dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.1.2.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que contenha restrição, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, prorrogável por igual período a critério da Administração.

7.1.2.2. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.1.3. Qualificação Econômico-Financeira (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

- Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor. Em caso de certidão positiva, deverá ser acompanhada do plano de recuperação judicial já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, conforme Súmula nº 50 do TCESP;
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios. Para empresas com menos de 2 (dois) anos de constituição, limitar-se-á ao último exercício; empresas constituídas no exercício do procedimento ficam autorizadas a substituir as demonstrações pelo balanço de abertura.

7.1.4. Qualificação Técnica (art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

- Atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto do presente processo;
- Comprovação de execução de serviços relacionados a Transferências Especiais Federal e/ou Estadual (Portaria Interministerial ME/SEGOV nº 6.411/2021 e/ou EC Estadual nº 50/2021);
- Ficha de funcionários registrados que comprove a existência de corpo técnico suficiente para atender às demandas do Município;
- Comprovação de que possui em seu quadro profissional de Administração devidamente registrado no Conselho Regional de Administração (CRA) ou área afim compatível com o objeto;
- Comprovação de profissional com certificado de participação em capacitações específicas nas plataformas: SP SEM PAPEL, TRANSFEREGOV e Sistema SEI;



Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista

- Comprovação de profissional com curso superior (graduação ou pós-graduação) em Gestão Pública ou área correlata.

7.1.5. Disposições Gerais sobre Habilitação:

- Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo os legalmente permitidos;
- Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, em nome da filial, exceto atestados de capacidade técnica e documentos que, pela sua natureza, sejam emitidos somente em nome da matriz;
- Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças em CND e CRF/FGTS, quando comprovada a centralização dos recolhimentos;
- Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar os documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com este Aviso;
- Na hipótese de inabilitação, será examinada a proposta subsequente, na ordem de classificação, até apurar proposta que atenda ao objeto e às condições de habilitação;
- Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. DA AUTORIZAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

8.1. Encerradas as etapas de julgamento e habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para autorização da contratação direta, observado o disposto no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos e sucessivamente, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos dos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso.

8.3.1. Alternativamente à convocação presencial, a Administração poderá encaminhar o instrumento contratual para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou via digital/eletrônica, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento ou disponibilização do acesso.

8.3.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.4. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante toda a vigência do contrato.

8.5. A Administração poderá encaminhar o instrumento contratual para assinatura eletrônica por certificado padrão ICP-Brasil, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

8.6. Para assinatura do contrato, o fornecedor contratado deverá apresentar Declaração de Atualização Cadastral junto ao CadTCESP (www.tce.sp.gov.br/cadtcesp), nos termos da Resolução TCE/SP nº 21/2022.

8.7 Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente em **observância ao art. 75 e ao art. 25**, os preços contratados poderão ser reajustados para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

8.8 Os preços contratados **poderão ser reajustados** após o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir da **data da apresentação da proposta**, com base na variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –



Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista

IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observado o disposto nos arts. 134 e 135 da Lei nº 14.133/2021.

8.9 Eventual reajuste será formalizado por apostilamento, sendo vedada sua aplicação antes do prazo mínimo legal, ressalvadas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro previstas na legislação.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa, mediante apresentação de nota fiscal/fatura correspondente aos serviços efetivamente prestados, acompanhada do relatório mensal de atividades, após atesto do Fiscal do Contrato.

9.2. Para realização dos pagamentos, a Contratada deverá manter regularidade fiscal e trabalhista, verificada por consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, mediante certidões atualizadas.

9.3. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa da Administração, os valores serão atualizados pelo IPCA-E (IBGE), acrescidos de juros moratórios de 0,5% ao mês, desde a data limite para o pagamento até o efetivo pagamento (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

9.4. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas em lei. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional deverá comprovar tal condição por documento oficial.

9.5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento. Após esse período, e para cada anualidade subsequente, os preços serão reajustados pelo IPCA (IBGE), mediante apostilamento, independentemente de solicitação do Contratado, conforme Parecer AGU nº 00003/2023/DECOR/CGU/AGU.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- Dar causa à inexecução parcial do contrato (alínea 'a');
- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (alínea 'b');
- Dar causa à inexecução total do contrato (alínea 'c');
- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame (alínea 'd');
- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (alínea 'e');
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (alínea 'f');
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado (alínea 'g');
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato (alínea 'h');
- Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato (alínea 'i');
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza – considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre fornecedores (alínea 'j');
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame (alínea 'k');
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (alínea 'l').



Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Advertência, pelo descumprimento da alínea 'a', quando não se justificar imposição de penalidade mais grave (art. 156, I);
- Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);
- Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, em caso de inexecução total;
- Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nas hipóteses das alíneas 'b', 'c' e 'd' (art. 156, III), quando não se justificar penalidade mais grave;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nas hipóteses das alíneas 'e' a 'i' (art. 156, IV).

10.3. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º). Se a multa aplicada for superior ao valor do pagamento eventualmente devido, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º). A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias da notificação.

10.4. Antes da aplicação de qualquer sanção, será assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 157 da Lei nº 14.133/2021), observando-se o procedimento previsto no art. 158 da mesma lei.

10.5. Na aplicação das sanções, serão considerados: a natureza e a gravidade da infração; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos causados ao Contratante; e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade (art. 156, §1º).

10.6. Os atos tipificados como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos, estendendo-se os efeitos das sanções aos administradores e sócios com poderes de administração e às pessoas jurídicas sucessoras (art. 160).

10.8. As sanções aplicadas serão registradas no SICAF, no CEIS e no CNEP, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da decisão (art. 161). As sanções de impedimento e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.9. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão detalhadas na Minuta de Contrato, Anexo II deste Aviso.

11. DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelos servidores abaixo designados, nos termos dos arts. 7º, 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021:

Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato:

Silvio de Araújo Lima – Diretor de Administração

11.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios (art. 120 da Lei nº 14.133/2021).



Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista

11.3. O Fiscal do Contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando as providências necessárias para regularização de faltas ou defeitos observados (art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4. O Fiscal do Contrato elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação e eventuais condutas de aprimoramento (art. 174, §3º, VI, da Lei nº 14.133/2021).

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O Município poderá revogar a presente contratação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente justificado, ou anulá-la de ofício ou por provocação, sempre que ocorrer ilegalidade (arts. 71 e 72 da Lei nº 14.133/2021). A anulação não gera direito à indenização, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 71.

12.2. Após a classificação das propostas, não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente aceito pelo Município.

12.3. No caso de todos os fornecedores serem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá: (i) republicar o presente aviso com nova data; (ii) valer-se de proposta obtida na pesquisa de preços que embasou o procedimento, privilegiando-se os menores preços, desde que atendidas as condições de habilitação; ou (iii) fixar prazo para adequação de propostas ou documentação. As mesmas providências se aplicam ao procedimento deserto.

12.4. Havendo necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores cujo prazo não conste deste Aviso, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente na respectiva notificação.

12.5. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio das propostas observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos (art. 64, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

12.7. As normas deste Aviso serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.8. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, sendo a Administração isenta de qualquer responsabilidade por esses custos.

12.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as comunicações emitidas pela Administração pelos meios originalmente divulgados, ficando responsável pelo ônus decorrente da inobservância de qualquer notificação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso e seus Anexos, prevalecerão as disposições deste Aviso de Contratação Direta.

12.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Competente, com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos:

- **ANEXO I – Termo de Referência;**
- **ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;**
- **ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;**
- **ANEXO IV – Minuta de Contrato**



Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista

Inúbia Paulista, 23 de abril de 2026.

Fernando Rossi

Prefeito Municipal